

**Produção de Conhecimento para a Inovação Social:
desafios e perspectivas em uma experiência de diálogo intersetorial no Brasil**

Júnia Fátima do Carmo Guerra

Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
+ 55 31 9 9748 0092
juniafcg@gmail.com
Av. Itaú, 500, Bairro Dom Cabral, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – 30535-012

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – São Paulo
+ 55 31 9 8794 9564
+ 55 31 3319 4957
armindo.teodosio@gmail.com
Av. Itaú, 500, Bairro Dom Cabral, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil – 30535-012

Resumo:

O artigo analisa a dinâmica de produção de conhecimento sobre inovação social desenvolvida no interior de uma experiência brasileira de promoção de diálogos intersetoriais, o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS). Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e tem como principal objetivo promover a articulação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil na construção de alternativas para a solução das complexas questões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais que envolvem a sociedade brasileira contemporânea. Recorre-se à discussão sobre pedagogia crítica de Paulo Freire e às noções de Epistemologias do Sul de Boaventura de Souza Santos e de Ecologia de Saberes, a partir de Edgar Morin, para problematizar os diferentes saberes e os desafios de compartilhamento mais igualitário de conhecimento entre atores sociais com distintos capitais econômicos, sociais, políticos e culturais. A pesquisa de cunho qualitativo se processou por meio de ampla investigação a bases de dados científicos e acesso a fontes secundárias e primárias do CeMAIS. O levantamento de dados secundários foi realizado por meio de visitas ao sítio eletrônico do CeMAIS e demais organizações envolvidas, observando as formas de parcerias, alianças, diálogos e produção compartilhada de conhecimento gerada a partir suas interações. A coleta de dados primários envolveu entrevistas semiestruturadas em profundidade com os atores imbricados nas dinâmicas e interações do CeMAIS. A observação não participativa foi outro instrumento de coleta de dados primários utilizado, na medida em que os investigadores participaram das rodadas de encontros e debates do CeMAIS. Os resultados encontrados pela investigação permitem a compreensão dos desafios e das perspectivas encontrados no contexto brasileiro para o aprofundamento da produção de conhecimento de forma compartilhada e mais democrática entre atores da sociedade civil, do Estado e do mercado, com importantes implicações para a pesquisa sobre o tema no âmbito da América Latina.

Palavras-Chave: Produção de Conhecimento; Inovação Social; Interações Intersectoriais; Desenvolvimento Local.

Abstract:

Our paper discusses the knowledge production on social innovation developed within a Brazilian experience of promoting cross-sector dialogues, the Center of Cross-Sector Alliances (CeMAIS). It is a Civil Society Organization and has as main objective to promote the articulation between government, corporations and civil society in the search for solutions to the complex social, environmental, political, economic and cultural problems of the contemporary Brazilian society. We used as theoretical background the discussion about critical pedagogy by Paulo Freire and the concept of Southern Epistemologies by Boaventura de Souza Santos and Ecology of Knowledge, from Edgar Morin, to understand the different knowledge and the challenges of sharing knowledge between social actors with different economic, social, political and cultural capital. Qualitative research was carried out through extensive research to scientific databases and access to secondary and primary sources of CeMAIS. Secondary data collection was carried out through visits to the CeMAIS website and other organizations involved, observing the forms of partnerships, alliances, dialogues and sharing knowledge generated from the cross-sector interactions. The primary data collection involved semi-structured interviews in depth with the representative of NGOs, government and corporations. Non-participatory observation was another primary data collection strategy adopted in our research. The results allow the understanding of the challenges and perspectives founded in the Brazilian context to deepen knowledge production in a shared and more democratic way among civil society, state and market actors, with important implications for research on the theme in Latin America.

Keywords: Knowledge Production; Social Innovation; Cross-Sector Interactions; Local Development.

Resumen:

El artículo analiza la dinámica de producción de conocimiento sobre innovación social desarrollada en el interior de una experiencia brasileña de promoción de diálogos intersectoriales, el Centro Minero de Alianzas Intersectoriales (CeMAIS). Se trata de una Organización de la Sociedad Civil de Interés Público (OSCIP) y tiene como principal objetivo promover la articulación entre gobierno, iniciativa privada y sociedad civil en la construcción de alternativas para la solución de las complejas cuestiones sociales, ambientales, políticas, económicas y culturales que involucra a la sociedad brasileña contemporánea. Se recurre a la discusión sobre pedagogía crítica de Paulo Freire ya las nociones de Epistemologías del Sur de Boaventura de Souza Santos y de Ecología de Saberes, a partir de Edgar Morin, para problematizar los diferentes saberes y los desafíos de compartir más igualitario de conocimiento entre actores sociales con distintos capitales económicos, sociales, políticos y culturales. La investigación de cuño cualitativo se procesó a través de una amplia investigación a bases de datos científicos y acceso a fuentes secundarias y primarias de CeMAIS. El levantamiento de datos secundarios fue realizado por medio de visitas al sitio electrónico de CeMAIS y demás organizaciones involucradas, observando las formas de alianzas, alianzas, diálogos y producción compartía el conocimiento generado a partir de sus interacciones. La recolección de datos primarios involucró entrevistas semiestructuradas en profundidad con los actores imbricados en las dinámicas e interacciones de CeMAIS. La observación no participativa fue otro instrumento de recolección de datos primarios utilizado, en la medida en que los investigadores participaron en las rondas de encuentros y debates del

CEMAIS. Los resultados encontrados por la investigación permiten la comprensión de los desafíos y de las perspectivas encontradas en el contexto brasileño para la profundización de la producción de conocimiento de forma compartida y más democrática entre actores de la sociedad civil, del Estado y del mercado, con importantes implicaciones para la investigación sobre el " tema en el ámbito de América Latina.

Palabras clave: Producción de conocimiento; Innovación Social; Interacciones Intersectoriales; Desarrollo Local.

Introdução

O objetivo central deste artigo é analisar a dinâmica de produção de conhecimento sobre inovação social desenvolvida no interior de uma experiência brasileira de promoção de diálogos intersetoriais, o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS). Essa organização se configura em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e tem como principal objetivo promover a articulação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil na construção de alternativas para a solução das complexas questões sociais, ambientais, políticas, econômicas e culturais que envolvem a sociedade brasileira contemporânea. Assume-se o pressuposto de que o conhecimento, além de ser produzido individualmente por meio de processos cognitivos, é também gerado a partir de interações e práticas compartilhadas entre pessoas e grupos sociais, manifestando-se nas ações cotidianas dos indivíduos em suas interações sociais. Além disso, recorre-se à discussão sobre pedagogia crítica de Paulo Freire, às noções de Epistemologias do Sul de Boaventura de Souza Santos e de Ecologia de Saberes e ação a partir de Edgar Morin para problematizar os diferentes saberes e os desafios de compartilhamento mais igualitário de conhecimento entre atores sociais com distintos capitais econômicos, sociais, políticos e culturais. Tal tipo de conhecimento é reconhecido como sócioprático (Schommer, Boullosa, 2010). Sua natureza interativa permite associa-lo a noção de inovação social, cujas temáticas se apoiam na busca do bem comum e da solidariedade, envolvendo parcerias intersetoriais e processos de participação deliberativa (Tenório, 2004, Fischer, 2002, França-Filho, 2008). Sob essa ótica, destaca-se a possibilidade de desenvolvimento social a partir de uma perspectiva que não se regula exclusivamente pela lógica de mercado ou do Estado, mas através das imbricações e interações sociais. Compreende-se que as organizações da sociedade civil (OSCs) comporiam o locus dessas dinâmicas ao se constituírem em espaços coletivos de manifestação, debate e construção de demandas sociais e políticas. Nessa dinâmica, importantes saberes capazes de gerar inovações para solução de problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais podem

aparecer nesses espaços criados na esfera da sociedade civil e nos espaços híbridos formados pela interação com outros setores, pela interação simultânea com o governo e as empresas, através de suas estratégias e práticas de responsabilidade social empresarial. A pesquisa de cunho qualitativo se processou por meio de ampla investigação a bases de dados científicos e acesso a fontes secundárias e primárias do CeMAIS. Buscou-se observar a noção que esses atores têm sobre a inovação social e a produção coletiva de conhecimento a partir dos seguintes elementos: intersectorialidade, formação crítica para o exercício da gestão e politização das discussões e análises. Os resultados demonstraram que há uma relevante produção de conhecimento sobre gestão social e inovação social, que pode gerar importantes desdobramentos sobre o desenvolvimento social. Verificou-se que o fomento das parcerias intersectoriais entre as OSCs envolvidas nessa dinâmica se dá por meio do diálogo, da troca de ideias e experiências, bem como da reflexão dessas experiências. Essas organizações apontaram a intersectorialidade como um instrumento fundamental para a solução dos dilemas sociais, ainda que essas relações sejam marcadas por conflitos e por expressiva desigualdade de poder no interior desse grupo.

Além desta introdução, este artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira sessão abordou as temáticas que envolvem a inovação social como possibilidade de desenvolvimento social. A sessão seguinte discutiu a produção de conhecimento socioprática apoiada na perspectiva da intersectorialidade, da formação crítica para o exercício da gestão e da politização das discussões. Adiante, apresentaram-se os percursos metodológicos. E, por fim, os resultados que permitiram a compreensão dos desafios e das possibilidades acerca da inovação social atrelada à produção de conhecimento socioprático.

Espera-se que essa pesquisa traga implicações práticas para realidades oriundas da América Latina que buscam sinergia na produção de conhecimento socioprático e perspectivas de inovação social. Almeja-se também contribuir, de forma preliminar, para os estudos acadêmicos sobre inovação social atrelada a produção de conhecimento no âmbito das OSCs, na tentativa de reduzir uma lacuna teórica presente nas pesquisas deste campo.

Inovação Social: perspectivas que convergem para o desenvolvimento social

Neste artigo, a inovação social é observada a partir de práticas sociais que buscam contemplar a intersectorialidade, a formação crítica para o exercício da gestão e a politização das discussões e análises com o propósito de gerar novas soluções para grupos sociais

específicos, comunidades ou para a sociedade em geral. Tal premissa permite compreender a inovação social como “resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos” (Bignette, p.4, 2011).

Os estudos sobre o tema em geral relacionam-se ao domínio tecnológico alinhado a inovações organizacionais e de mercado e as perspectivas de inovação de processos e produtos que, para Dagnino, Brandão e Novaes (2000) se associam a tecnologias convencionais cujas premissas implicariam no agravamento dos problemas sociais e ambientais. Entretanto, em um cenário globalizante no qual se percebe a falácia das bases econômicas atreladas a hegemonia das nações capitalistas ocidentais (Baumgarten, 2008), a inovação social ganha contornos relevantes em esferas que se desenvolvem fora do mercado, aglutinando iniciativas de apoio a comunidades carentes, a economia solidária, a ações voluntárias e a grupos de ação social (Bignette, 2011; André e Abreu, 2006).

As várias abordagens sobre esse tema implicam em conceitos poucos precisos (André e Abreu, 2006). Uma análise da literatura confirma não haver um consenso sobre a definição de inovação e sobre a sua abrangência (Bignette, 2011), embora se note bibliografia sobre inovação social recorrente as iniciativas do terceiro setor direcionadas ao combate da exclusão social (André e Abreu, 2006). É nessa vertente, que o presente artigo se debruça e busca discutir temáticas que envolvem as dinâmicas e práticas das organizações da sociedade civil a partir da produção de conhecimento e da possibilidade de inovação social.

Segundo Bignette (p. 4, 2011) os “programas oficiais de combate ao analfabetismo, à fome, às drogas e às doenças crônicas têm mitigado o sofrimento das populações necessitadas”. Nesse contexto, as organizações da sociedade civil, bem como os movimentos sociais procuram preencher lacunas deixadas pela “retração ou inação do Estado” (Bignette, p. 4, 2011) e buscam gerar inovação social ao se apoiarem em formas alternativas viáveis para a solução dos dilemas da sociedade (André e Abreu, 2006; Rodrigues, 2007; Bignette, 2011). O foco passa a transitar pelas dimensões sociais marginalizadas, excluídas, em que se “atribui uma natureza não mercantil, um caráter coletivo e uma intenção que não só gera, mas também visa transformações das relações sociais” (André e Abreu, p. 125, 2006).

Destaca-se que as inovações na tecnologia e no processo produtivo também apresentam um papel importante para o desenvolvimento da economia (Rodrigues, 2007). No entanto, “o aspecto inovador reside na perspectiva social, em outras palavras, em novas formas de fazer as coisas com o fim explícito de rearranjar os papéis sociais ou de dar outras respostas para situações insatisfatórias e problemáticas” (Rodrigues, p. 118, 2007).

André e Abreu (p. 125, 2007) corroboram com esta ideia ao afirmarem que a “inovação social implica em uma iniciativa que escapa a ordem estabelecida, uma nova forma de pensar e fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma ruptura face aos processos tradicionais”. Ela supõe uma atitude crítica e um desejo de mudar por meio de ações deliberadas, voluntárias e intencional (André e Abreu, 2006; Bignette, 2011). Nesse sentido, ela pode ser observada como um processo ao se afirmar a partir da busca pela inclusão social e da tentativa de mudança social por meio da transformação das relações de poder (André e Abreu, 2006; Bignette, 2011; Rodrigues, 2007).

Essa perspectiva demanda pensar os recursos necessários aos processos e as dinâmicas relativas à difusão e consolidação da inovação social. André e Abreu (2006) argumentam que no campo dos recursos a inovação social se aproxima da tecnológica ao se considerar o conhecimento ou os saberes em geral. Para os autores, “a realidade empírica da inovação social mostra a presença quase constante de agentes altamente qualificados que, pelo menos numa primeira fase, fazem avançar o processo” (André e Abreu, p. 128, 2006). Nessa vertente, a inovação social poderia se referenciar ao conhecimento intangível, tácito ou codificado, que tem como objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais (Dagnino e Gomes, 2000).

Outro recurso citado por esses autores é o capital relacional que se alinha ao capital social. Segundo Putnam (2000), o capital social deriva das relações de confiança que podem se configurar numa dimensão interna como um lugar e uma comunidade e em dimensões externas, decorrentes das relações entre lugares e comunidades diferentes. O capital relacional se introduziria na ideia de capital social por se relacionar as espacialidades relacionais, que podem se distinguir em dois níveis (André e Abreu, p. 131 2006):

- O capital relacional regional, oriundo da proximidade, se baseia nos laços de confiança e de cooperação interpessoais e na identidade, bem como no sentimento de pertencimento, os quais são forças motrizes para tal capital.
- O capital transnacional ou global é sustentado por outras proximidades como as relações culturais, presentes em quadros institucionais como o trabalho e a cidadania. Ele não se configura em um território, mas em um espaço de redes, composto por nós e fluxos.

Destaca-se que as interpretações sobre capital social atrelada a capital relacional merecem atenção crítica ao se traduzirem em instrumentos ou ferramentas para o desenvolvimento e a inovação local, assim passíveis de reprodução (Maciel e Albagli, 2011). Considerando que cada local é singular e único, ainda que revestido de pluralidades, parece

perigoso conceber o capital social sem se levar em conta os aspectos culturais, históricos, políticos e econômicos de cada realidade. Tentar transformá-lo em uma ferramenta que pode ser aplicada em qualquer contexto é reduzir as diferenças, é observar as realidades de forma homogênea, como se todas pudessem alcançar o sucesso se fomentassem o capital social investigado em outras sociedades.

A partir dessa perspectiva, salienta-se que o poder cada vez mais se define por meio do controle sobre o imaterial e o intangível os quais se apresentam através das “informações, conhecimentos, ideias, gostos e desejos de indivíduos e coletivos, bem como sobre os meios por onde estes circulam” (Maciel e Albagli, p. 18, 2011). Tais aspectos contribuem para os debates acerca das atuais condições e o papel das novas dinâmicas interativas, que se convergem às questões que envolvem a comunicação na produção e circulação de conhecimento (Maciel e Albagli, 2011).

Essa vertente incide na discussão sobre quem produz a inovação social. André e Abreu (2006) apontam para as perspectivas da relação de agência ou de mediação protagonizada por atores da sociedade civil organizada como estratégia de resistência para derrubar a hegemonia de poder estruturante e vigente. Há uma diversidade dentre os atores organizados ou não, entre eles empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes da sociedade civil, movimentos, comunidades e beneficiários (Bignette, 2011). Tal diversidade se traduziria em pluralidades, em diferentes visões sobre determinada realidade, exigindo um esforço dos envolvidos para um diálogo onde a noção da diversidade fosse respeitada, discutida e vista como âncora para não se cair na armadilha da hierarquia dos poderes.

Apreende-se que as abordagens sobre inovação social convergiriam em possibilidades de desenvolvimento social, local ou de poder local (Abramovay, 2000; Fischer, 2002), ao assumir que este passou a constituir-se em processo estruturado a partir dos próprios atores locais, enfatizando ações de desenvolvimento com vocações e apelo local, e não mais pelo planejamento centralizado (Tenório, Dutra e Magalhães, 2004). Esta combinação fomentaria práticas cooperativas que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação capazes de enriquecer o tecido social de certa localidade (Abramovay, 2000). Esses arranjos não, necessariamente, precisariam ser pensados e articulados a partir da iniciativa do Estado e nem por canais de participação social definido por ele. Existe uma variedade de ação e mobilização social oriunda da sociedade civil que busca participar da construção de projetos sociais por meio de redes e movimentos sociais em âmbito local e nacional.

Nestes espaços nota-se o importante papel das OSCs que, segundo Machado (2007 p. 258) refere-se às maneiras de “organização e articulação baseada em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social”. O autor ainda destaca que esse objetivo busca, a partir de processos, por vezes não institucionais de pressão, “mudar a ordem social existente, ou parte dela, de forma a influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais” (Machado, 2007 p. 256). Tais aspectos compõem a concepção de inovação social abordada e demonstra a relevância do papel das OSCs na construção de processos sociais transformadores por meio do diálogo e da reflexão.

Sociedade Civil: pluralidade e conflito na inovação social

A Sociedade Civil ao se constituir em um espaço de ação para indivíduos e organizações de natureza múltipla (Fischer e Melo, 2006; Teodósio, 2010; Alves, 2002) no qual se observa um continuum com o Estado, denota um caráter político e não somente estrutural.

Esse aspecto político pode ser observado no cenário de atuação das organizações da Sociedade Civil no Brasil o qual é composto por uma variedade de agentes e organizações que, historicamente, e por diferentes óticas, vêm orientando suas práticas no sentido da democratização da sociedade. Segundo Ghon:

Falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos produzem nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e linguagens utilizadas, bem como as principais correntes de pensamento existentes. (1995, p.77)

Derivadas dos ideais dos herdeiros políticos dos movimentos populares a favor da redemocratização no país, a sua origem está ligada a tradição mobilizatória brasileira, o qual alcançou o seu auge na década de 1960, quando a sociedade se organizou pelas reformas no país (Fischer e Melo, 2006; Paes-Paula, 2005). Após o golpe de 1964, essas mobilizações retornaram na década de 1970, período no qual a Igreja Católica catalisou a discussão de problemas coletivos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspirada pelos ideais da teologia da libertação e da educação popular (Paes-Paula, 2005).

Este movimento se consolidou como um espaço alternativo para a mobilização política ao estimular a participação popular no debate das dificuldades cotidianas, contribuindo para a formação de lideranças populares (Paes-Paula, 2005).

A partir da década de 1980, Centros Populares constituídos por militantes políticos para facilitar sua atuação nas CEBs e nas bases comunitárias em atividades como as de assessores, educadores e organizadores da mobilização popular, passaram a ser denominados de Organizações não Governamentais (Paes-Paula, 2005).

No desenvolver de sua atuação, as ONGs ganharam importância por serem potenciais parceiras do poder político, em decorrência de sua estruturação, mas que se tornou política ao se aproximar do Estado e do mercado, tendo como princípio a lógica social, as interações culturais de domínio social e local (Ghon, 1997). “Essa relação de parceria passou a ser estimulada, uma vez que o discurso neoliberal pressupõe a retirada do Estado de uma série de atividades e a primazia do mercado” (Fischer e Melo, 2006, p. 27). Nesse cenário, observa-se uma reconfiguração do modelo de financiamento às ONGs cujo caráter assistencialista submete-se a auto-sustentabilidade (Ghon, 1997).

Sem deixar de trabalhar as consciências dos sujeitos das classes populares, nos últimos anos, a ação das OSCs passa a interceder, por meio da instrumentalização, as camadas populares, de modo que estas participem, junto ao poder público, das decisões relativas à elaboração e implantação de políticas que resultem em melhores condições de vida para a população (Martelete e Ribeiro, 1997). “Dessa forma o campo popular deixou de ser apenas um discurso da oposição e passou a objeto de políticas públicas, direitos sociais foram conquistados e a cidadania se ampliou” (Ghon, 1997, p.17).

Registra-se, então, uma crise de representação e uma substituição gradativa dessas organizações por aquelas de caráter mais independente, que assumiram um papel mediador entre interesses da sociedade, governos e agências nacionais e internacionais.

Tal mediação, exercida inclusive com o mercado, lhes conferem aspectos paradoxais e controversos ao advogarem autonomia, auto-organização, e estratégias de regulação de seu próprio destino em consonância com a ética do bem comum e do uso do espaço público como contexto de referência (Fischer et al, 2006).

Constituídas por grupos heterogêneos, é justamente na caracterização da natureza das organizações da sociedade civil que se encontram os principais fatores para análise das especificidades dessas organizações (Carrion, 2000). A forma como elas delimitam para si as questões sociais fundamenta-se em sua dinâmica perspectivas de inovação social.

Conhecimento Socioprático e Inovação Social: caminhos que convergem para o desenvolvimento local

A concepção de aprendizagem social ou socioprática parte do princípio que a aprendizagem se constitui como resultado de interações e práticas compartilhadas pelas pessoas, manifestando-se nos comportamentos cotidianos. Dessa forma, apreende-se que, para compreender a aprendizagem, mais importante do que analisar processos cognitivos individuais, é perceber contextos culturais e sociais dos quais as pessoas interagem, constroem suas práticas compartilhadas, seus repertórios cognitivos e emocionais (Schommer, Boullosa, 2010).

Nesse âmbito, a percepção de aprendizagem configurada na prática social considera a prática não como oposta da teoria ou de reflexão, mas como práxis, de ação e reflexão permanentemente imbricadas, sempre em relação a um contexto em que faz sentido para o praticante (Freire, 1987). “Ler, ouvir, pesquisar, parar, aquietar-se, refletir sobre o que foi vivido, sistematizar conhecimento, tudo isso faz parte do processo de aprendizagem” (Schommer e Boullosa, 2010 p. 21). Leff (2006, p. 310) corrobora com essa ideia ao argumentar que o conhecimento se “desloca para os efeitos entre o saber e o ser em um processo de reapropriação do mundo”, contribuindo para transformação e significação da realidade vivida.

Entretanto, destaca-se que as “percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos” (Morin, p. 19, 2011) que, por sua vez, resultam de erros de percepção oriundos da visão (Morin, 2011). A este erro acrescenta-se o erro intelectual. “Este conhecimento comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão de mundo e de seus princípios de conhecimento” que são providos de controles racionais (Morin, p. 20, 2011). Na esteira desta discussão há a racionalidade crítica a qual opera sobre os erros e as ilusões das crenças, das doutrinas e das teorias. Essa racionalidade dialoga com o real que lhe resiste, é fruto do debate argumentativo das ideias e não a propriedade de um sistema de ideias (Morin, 2011).

Sob essa perspectiva, a educação não formal, principalmente aquela oriunda dos movimentos sociais poderia ser observada como um meio propício e rico de produção de saberes, no qual as experiências atuais alicerçadas por um passado dá sentido às lutas do presente (Gohn, 2011), sem negligenciar a autocrítica para não cair na armadilha da ilusão racionalizadora (Morin, 2011).

Nesse sentido, esse processo não se realiza em um “contexto livre de modelagem” (Schommer e Boullosa, 2010 p. 21). Pelo contrário, a abordagem social ressalta que a aprendizagem acontece no seio das estruturas sociais e culturais, enfatizando a interdependência relacional entre sujeito, mundo, atividade, significado, cognição, aprendizagem e conhecimento. Este, num mundo socialmente constituído, é mediado pelo contexto histórico que o cerca e que se apresenta aberto para as mudanças (Lave e Wenger, 1991).

Além dessa perspectiva, Silva (2004, p. 145) argumenta que o conhecimento é constituído por “informação, que é relativamente estável ou estática, em completo relacionamento com características mais subjetivas presente na mente das pessoas”. É de cunho dinâmico, ao envolver experiências, contexto, interpretação e reflexão. Tais aspectos denotam duas partes constituintes do conhecimento intrinsecamente relacionados, o conhecimento subjetivo e o conhecimento explícito. O primeiro pode ser identificado pelas habilidades inerentes a uma pessoa; sistemas de ideias, percepção e experiência. O segundo ao ser formalizado em textos, gráficos, tabelas, figuras, desenhos, facilmente organizado em bases de dados e em publicações em geral, se apresenta de forma relativamente simples de codificar, de transferir e reutilizar (Nonaka & Takeuchi, 1997).

Marteletto e Ribeiro (1997) ampliam essa perspectiva ao relacionar os conceitos sobre conhecimento, informação e comunicação. Para as autoras “uma informação relevante ou correta é aquela capaz de gerar um conhecimento sustentado que, por sua vez, supõe a sua comunicação transparente, gerando novas informações e novos conhecimentos” (Marteletto e Ribeiro, 1997 p. 3). As autoras ainda afirmam que a falta de informações corretas dificulta às pessoas o acesso a realidade e que a retenção ou a não publicação da informação dificulta o compartilhamento do saber de forma democrática (Marteletto e Ribeiro, 1997).

Pressupõe-se que a produção de conhecimento ocorre simultaneamente nas relações desenvolvidas entre atores de campos diferentes que, ao interagirem por meio da convergência e/ou divergência de ideias, induziria a reflexão que, por sua vez, mesmo munida dos riscos do conhecimento apontados por Morin (2011), poderia levar a ecologia da ação baseada na complexidade que ela supõe, no aleatório, no acaso, na iniciativa, na decisão, no imprevisto, na consciência e transformação (Morin, 2011).

Acredita-se que as organizações da sociedade civil possibilitariam a aprendizagem e a produção de conhecimento em espaços que se diferem da formalidade e que sinalizam uma crítica em relação a “racionalização dos ideais” (Morin, p. 20, 2011). Racionalização essa que, segundo Santos (p. 21, 2009) implicaria no conhecimento ancorado no pensamento

abissal, o qual consiste na “concessão da ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso em detrimento de conhecimentos alternativos”. O caráter exclusivo deste monopólio está na disputa entre as formas científicas e não científicas de verdades (Santos, 2009). Dessa forma, o conhecimento não científico traduzido pelo conhecimento popular, leigo, dos plebeus, dos camponeses, dos indígenas, estaria do outro lado da margem e seria invisível ao conhecimento científico (Santos, 2009). “Eles desapareceriam como conhecimentos relevantes por se encontrarem para além do universo entre falso e verdadeiro” (Santos, p. 21, 2009).

Na esteira desta discussão, o conhecimento socioprático, quando produzido pelas dinâmicas e práticas das OSCs se configuraria em uma inovação social se assumisse, segundo Santos (p. 41, 2009) as epistemologias do sul. Em outras palavras, ao se considerar os problemas sociais locais a partir de sua trajetória histórica e cultural, as soluções viáveis não comprometeriam a sua autonomia. Essa perspectiva implicaria em saberes ecológicos cuja ideia se apoia no conhecimento heterogêneo e plural, marcados pelo interconhecimento (Santos, 2009).

Estratégias Metodológicas

Os procedimentos metodológicos deste trabalho se fundamentaram na pesquisa qualitativa por compreender que ela permitirá, devido à relevância que dá aos dados empíricos contrastados com as suposições teóricas, condição para analisar o impacto do conhecimento sobre gestão social produzido no âmbito do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS) para o desenvolvimento local.

A escolha por esse método justifica-se pelas perspectivas que a caracterizam fundamentadas pela apreensão e explicação do fenômeno social com o menor afastamento possível do ambiente natural (Godoi e Balsini, 2006).

A coleta de dados se processou através de pesquisa a bases de dados científicos e acesso a fontes secundárias e primárias de informações acerca da constituição do CeMAIS, bem como de sua evolução e implementação de alianças intersetoriais como processos de conhecimento de inovação social.

Para a revisão bibliográfica foram consultadas bases virtuais como a da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o chamado Portal CAPES de Periódicos, J-STOR e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Além da pesquisa,

foram examinados livros que versão sobre os pressupostos e perspectivas acerca das organizações da sociedade civil no Brasil.

O levantamento de dados secundários foi realizado por meio de visitas ao sítio eletrônico do CeMAIS, observando as formas de parcerias, alianças, diálogos e produção compartilhada de conhecimento gerada a partir de suas interações. A coleta de dados primários envolveu entrevistas semiestruturadas em profundidade com duas gestoras do CeMAIS, a Diretora Executiva e a Diretora Presidente. Ambas tiveram seus nomes ocultados a fim de resguardar suas identidades. Portanto, o relato das diretoras foi codificado como diretora presidente e diretora executiva.

A observação não participativa foi outro instrumento de coleta de dados primário utilizado. Teve como objetivo analisar os aspectos da produção de conhecimento socioprática para a inovação social a partir da interação entre a equipe do CeMAIS e OSCs atendidas direta e indiretamente por ele. Os investigadores participaram das rodadas de debates oferecidos pelo CeMAIS sobre diferentes agendas do contexto brasileiro. Ela se realizou durante três Ciclos de Fomento e um encontro da Jornada de Conhecimento, projetos que visam debater e refletir sobre as questões gerenciais, legais e políticos do universo das OSCs.

A seleção do CeMAIS se deu em função da sua constituição, propósito e atuação. Classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ele tem como premissa básica promover a “intersetorialidade e articulação entre o primeiro setor (governo), segundo setor (iniciativa privada) e o terceiro setor (sociedade civil) na construção de alternativas para a solução das complexas questões que envolvem a sociedade contemporânea” (CeMAIS, 2006). Conforme informação constante no seu sítio eletrônico trata-se da articulação entre promotores, empresários, acadêmicos, servidores públicos e políticos, que a cada encontro proposto pela organização externam suas inquietações, cada um no âmbito de suas competências, conjugando saberes e experiências na estruturação de ações que geram resultados efetivos para o desenvolvimento sócio-local e a busca da sustentabilidade (CeMAIS, 2006).

Criado em 2006, a organização foi denominada de Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais por entenderem que o foco das dinâmicas e práticas permearia a centralidade dos esforços de cada um dos atores envolvidos para a realização do objetivo compartilhado. E, por buscarem um pacto construído por todos, o que explicitaria a criação de alianças por meio da intersetorialidade (CeMAIS, 2006).

Tais aspectos e propósitos, bem como a abrangência de alguns projetos implementados pela a organização permitiram seleciona-la como unidade de análise investigativa.

CeMAIS: entre a produção e o compartilhamento de inovações sociais

A fim de analisar a dinâmica de produção de conhecimento sobre inovação social desenvolvida no interior do CeMAIS foram criadas duas categorias como recorte observacional: a noção que os atores envolvidos com a OSC investigada têm sobre a inovação social e a produção coletiva de conhecimento a partir dos seguintes elementos: intersectorialidade, formação crítica para o exercício da gestão e politização das discussões e análises. Cada categoria foi analisada nos espaços observados e nos documentos e relatos dos entrevistados.

O Ciclo de Fomento é um espaço de diálogo sobre temas de interesse entre organizações sociais, poder público e empresas. Cada evento é organizado conforme as necessidades de fortalecimento das alianças intersectoriais do local e em conformidade com as demandas situacionais das organizações envolvidas (CeMAIS, 2006). Nele são tratados assuntos que envolvem questões como o financiamento, controle, leis vigentes, tributos, execução de programas e projetos de atendimento a comunidade, além de promover a troca de experiências intersectoriais (CeMAIS, 2006, Diretora Presidente e Diretora Executiva). Ele pode ser realizado por iniciativa de uma comunidade, de empresas, do poder público ou de redes organizadas. Busca privilegiar o debate e o fortalecimento das partes participantes, agindo como um mediador dessa interação (Diretora Executiva, 2017). A partir do tema proposto, especialistas e organizações de referência abrem o debate, analisam demandas, respondem questionamentos e propõe ações de continuidade quando necessário (CeMAIS, 2006). Alguns temas geraram ações junto ao governo, audiências públicas, grupos de estudos, ações junto ao Ministério Público de Minas Gerais e parcerias institucionais (CeMAIS, 2006, Diretora Executiva, 2017). Com mais de cinco anos de atividades, o Ciclo de Fomento é realizado mensalmente e de forma compartilhada com o Centro Operacional do Terceiro Setor do Ministério Público de Minas Gerais – CAOTS e o Tomáz de Aquino Costa Vilar Sociedade de Advogados (CeMAIS, 2006).

Neste espaço já tiveram presente mais de cento e sessenta e cinco OSCs (CeMAIS, 2017), das quais pôde-se observar a intersectorialidade a partir da interação entre os participantes com os palestrantes convidados, bem como com o pessoal do CeMAIS que busca mediar as discussões, apresentando exemplos de situações que envolvem as OSCs e suas possíveis soluções, propondo novas rodadas de trocas de ideias e conhecimento, além de

organizar as rodas de perguntas e respostas entre os palestrantes e participantes, criando possibilidades de diálogo, de trocas e de reflexão. Notou-se que a dúvida de uma organização era a dúvida de outra, mesmo sendo de segmentos diferentes e que as temáticas mais abordadas eram sobre o novo Marco Regulatório das OSCs, a isenção dos tributos e de processos gerenciais relacionados a certificações, a elaboração do estatuto e a questões que envolvem a transparência das organizações.

Entretanto, apesar dessas discussões pautarem sobre assuntos do âmbito legal que, de modo geral, explicitam a racionalização dos ideais e o conhecimento formal (Santos, 2009; Morin, 2011), o perfil cultural e histórico das organizações participantes era considerado e buscava-se orientar a autonomia dessas organizações a partir da forma como elas sabiam fazer a gestão. Ou seja, as orientações legais e gerencias eram feitas, mas sempre ponderando os aspectos constitutivos de cada uma e suas experiências locais, bem como seus dilemas. Possíveis soluções para os problemas apresentados pelas organizações participantes eram propostas pelos palestrantes, que na maior parte das vezes, eram advogados e agentes do governo, o que demonstrou contribuir à formação crítica para o exercício da gestão.

Outro aspecto observado enquanto produção de conhecimento foi a politização das discussões e análise. Notou-se que as organizações que mais participavam das discussões eram as que demonstravam mais conhecimento sobre o assunto explorado e que eram frequentadoras constantes desse evento. A participação das outras organizações era ínfima. Na maior parte das vezes, elas se posicionavam como ouvintes e não eram muito induzidas a participar. Percebeu-se que as discussões eram politizadas e analisadas, mas pelo pequeno grupo de organizações participantes que faziam as interferências por meio de perguntas, troca de ideias e de sugestão aos temas apresentados. Isso talvez aponte um limite para a inovação social, uma vez que o conhecimento socioprático pareceu ser mais vigorante entre esse grupo, ficando os demais a margem das discussões.

Este espaço permitiu também analisar, de forma superficial, o nível de capital relacional entre as OSCs e entre outros agentes do governo e de empresas privadas. Em um dos encontros observado, a presença do governo foi muito relevante ao se considerar as orientações e sugestões que foram apontadas pelo mesmo às dificuldades que as OSCs têm ao fazerem parcerias com o Estado. A relevância desse aspecto não está somente na interação que houve entre diferentes atores, mas principalmente, pelo fato do palestrante, representante do governo municipal, ser hoje procurador geral do município de Belo Horizonte e ser parceiro do CeMAIS, como pessoa física e jurídica, desde a sua constituição. Em outras palavras, a possibilidade de interagir com atores que já transitaram nos dois âmbitos sociais, o

do Estado e o das OSCs possibilita uma aproximação mais efetiva entre essas esferas com perspectivas de maior amparo para os problemas que as OSCs enfrentam. Nesse sentido, a produção de conhecimento socioprático e a inovação social se materializaram a partir do compartilhamento de soluções alternativas (Bignette, 2011; André e Abreu, 2006; Rodrigues, 2007) baseadas no repertório da realidade das OSCs presentes.

A Jornada de Conhecimento, outro espaço observado para se analisar a inovação social a partir da produção do conhecimento socioprático, é um projeto que objetiva contribuir com o aperfeiçoamento técnico dos profissionais e voluntários para que possam administrar suas instituições com senso de oportunidade empreendedora (CeMAIS, 2006; Diretora Presidente, 2017). Ele é composto por seis módulos de capacitação presencial com três horas/cada (CeMAIS, 2006), sendo que nele busca-se promover a troca de experiência entre profissionais qualificados, gestores e técnicos das instituições, além de traçar o panorama da realidade das instituições (CeMAIS, 2006). Cada módulo é desenvolvido por uma das funcionárias do CeMAIS e no próprio espaço da organização. Destaca-se que neste espaço, os participantes ficam dispostos em uma mesa redonda, bem próximos um dos outros e a mediadora do CeMAIS se posiciona à frente desta mesa, apresentando as questões e conduzindo as discussões. Notou-se que esse layout permitiu uma interação maior entre o grupo presente e a mediadora, apresentando maior fluidez nas trocas de ideias e experiências. Há também neste espaço vários exemplares da revista Valor Compartilhado, atuais e de edições anteriores, e livros sobre assuntos relacionados a todos os aspectos que compõem as OSCs. Verificou-se que eles ficam disponíveis aos participantes e que os mesmos se interessaram por eles, sendo que alguns levaram a revista, bem como livros emprestados. Acredita-se que a oferta desses materiais disponibilizados pelo CeMAIS aos participantes também contribui para a produção de conhecimento socioprático, uma vez que eles dispõem de informações estruturadas e relevantes para as organizações, conferindo o relacionamento entre o conhecimento subjetivo e explícito apontado por (Nonaka & Takeuchi, 1997).

As organizações atendidas na Jornada de Conhecimento observada fazem parte de um projeto de responsabilidade social da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) que investe em uma OSCIP, no caso o CeMAIS, a fim de contribuir para os processos gerenciais das organizações selecionadas por eles.

No encontro foi possível perceber uma ecologia de saberes ao reunir dez OSCs de diferentes origens, segmentos e demandas para discutir e refletir sobre questões gerenciais que impactam nos seus objetivos. Uma dessas questões referia sobre a gestão do voluntariado e notou-se, a partir da interação entre os representantes das OSCs e a mediadora do CeMAIS, o

quanto que este recurso humano merece atenção por parte das organizações, e como que elas lidam com os voluntários. As trocas de experiências demonstraram que seis das dez organizações participantes não adotavam nenhum critério de apoio aos voluntários, levando a uma rotatividade constante deste segmento nas organizações. A mediadora, bem como outras organizações presentes, apresentaram exemplos de gestão de voluntário e as possíveis soluções foram discutidas e construídas no grupo.

Esta prática permitiu uma análise politizada dos envolvidos e a formação do exercício crítico da gestão, cuja base permeou a reflexão de informações relevantes, comunicação transparente, gerando novas informações (Marteleto e Ribeiro, 1997) que, por sua vez, gerou novos conhecimentos e, possivelmente, inovação social, principalmente para àquelas que disseram apresentar dificuldades com os voluntários. Mas, há que se considerar, tanto neste encontro, como nos Ciclos de Fomento observados, a limitação do conhecimento produzido ao se levar em conta o erro intelectual (Morin, 2011) operado pela subjetividade de cada sujeito participante, traduzido na sua forma de interpretar a ação ou a realidade posta.

As entrevistas semiestruturadas realizadas, primeiro, com a Diretora Executiva do CeMAIS e depois com Diretora Presidente foram guiadas pela noção da produção coletiva de conhecimento a partir dos seguintes elementos: intersetorialidade, formação crítica para o exercício da gestão e politização das discussões e análises.

Em ambos os relatos os aspectos da intersetorialidade sobressaíram, uma vez que este é o eixo norteador da proposta da organização investigada. Destaca-se a formação crítica para o exercício da gestão do próprio CeMAIS tenha contribuído para os propósitos que a organização hoje se apoia. Segundo a Diretora Presidente (2017), quando ela entrou na organização em 2006, ela já era uma OSCIP e tinha uma proximidade muito grande com o Estado de Minas Gerais, de tal forma, que a mesma se personalizou em um projeto do governo. Naquela época todos os processos gerenciais tinham características do governo, inclusive as atas de reuniões e os ofícios. Para a Diretora Presidente (2017) isso foi algo muito difícil, pois ela pensava no terceiro setor, nas suas possibilidades, independente do Estado e, por outro lado, o CeMAIS se encontrava em uma situação financeira complicada, prestes a fechar. Foi quando surgiu a oportunidade de fazer um convênio com o Estado para a área da saúde. O CeMAIS firmou o tal convênio, fazendo mais do que havia sido proposto e devolveu dinheiro ao Estado (Diretora Presidente, 2017). Este episódio propiciou o retorno da organização, sem intervenções diretas do Estado (Diretora Presidente, 2017). A entrevistada relatou que a sua experiência em outras OSCs como no Vale do Jequitinhonha e no Inhotim, lhe possibilitaram experiência na prestação de contas, na contratação de pessoas para trabalhar

em uma OSC. “Então, nós temos uma equipe que respirou o CeMAIS e respirou na questão de realmente fazer a diferença para contribuir com as instituições” (Diretora Presidente, 2017). Nota-se que esses aspectos foram fundamentais para a mesma desenvolver um conhecimento crítico acerca do exercício da gestão.

A relevância da intersetorialidade para a formação crítica do exercício da gestão das OSCs atendidas pelo CeMAIS também pôde ser notada a partir da relação que essas organizações conseguiram estabelecer com o Ministério Público. Tanto a Diretora Executiva, quanto a Diretora Presidente relataram ter uma parceria muito próxima com o Ministério Público por meio do Dr. Tomás de Aquino, hoje procurador geral do município de Belo Horizonte. Todas as dúvidas, os problemas sem solução eram discutidos com o pessoal do Ministério Público e o mesmo procurava viabilizar uma saída junto com o CeMAIS (Diretora Presidente; Diretora Executiva, 2017). Um dos exemplos citado pela Diretora Executiva (2017) foi relativo a uma parceria que o CeMAIS fez junto ao Ministério Público para a ampliação do conhecimento dos direitos sociais, o que permitiu viabilizar, de forma legal e jurídica, ações das OSCs envolvidas. Neste caso, pode-se citar a solução encontrada pelo Ministério Público relativa a curadoria das instituições de atendimento e cuidado ao idoso. Essas organizações apresentavam dificuldades em reverter o valor da pensão do idoso para o custeio de suas despesas pessoais quando o curador se ausentava ou se desligava da instituição, uma vez que ele era o único responsável pela manutenção e repasse desse dinheiro. A solução se baseou na transferência da curadoria pautada na pessoa física para uma curadoria jurídica. Ou seja, o curador também poderia ser representado pela instituição, impedindo o interrompimento do repasse da pensão dos idosos. A parceria com o Ministério Público permitiu também, segundo a Diretora Presidente (2017) fortalecer o trabalho do CeMAIS junto a sociedade pela credibilidade que o mesmo conferia aos seus trabalhos.

Outro aspecto notado a partir dessa parceria foi a promoção da politização das discussões e análises entre Ministério Público, CeMAIS e OSCs. O CeMAIS teve a oportunidade de demonstrar ao Ministério Público as necessidades e dificuldades reais das OSCs que buscavam o seu apoio. Foram realizadas visitas conjuntas entre técnicos do Ministério Público e equipe técnica do CeMAIS em algumas organizações, de modo que as decisões tomadas pelo Ministério Público se basearam na realidade observada e não em demonstrativos financeiros e em informações escritas que, por vezes, não descrevia a situação da organização em foco (Diretora Presidente, 2017). Essas visitas permitiram a troca de ideias entre os envolvidos e contribuiu para que a imagem das OSCs junto ao Ministério Público fosse mais humanizada e menos instrumentalizada (Diretora Presidente, 2017). Tais aspectos

evidenciam uma produção de conhecimento alternativa, com menos domínio da ciência moderna (Santos, 2009) e da racionalização das ideias (Morin, 2011). A inovação social precedida dessas dinâmicas e articulações cria valores sociais (Bignette, 2011) e demonstra como estratégia a cooperação para resolver os dilemas sociais e transformações duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais (Bignette, 2011).

A percepção do conhecimento socioprático ou coletivo também foi citado pelas entrevistadas no âmbito do Ciclo de Fomento. As mesmas relataram que, principalmente, durante o cafezinho que é oferecido para todos os participantes, inclusive, palestrantes, é possível notar uma proximidade maior entre eles. Envolvidos pela informalidade, há trocas de ideias e há possibilidade de se fazer novos contatos (Diretora Presidente, 2017). Esses espaços permitem um perceber o outro, de modo a fomentar a noção de pertencimento e de politizar as discussões.

Outro aspecto destacado pela Diretora Presidente permeia a noção de cidadania relativa a direitos sociais. A mesma argumentou que o que mais lhe chama a atenção é possibilidade das OSCs perceberem o seu lugar da caridade, da solidariedade, mas, principalmente do seu lugar social, enquanto direito. Elas podem fazer a diferença, buscando seus direitos. Por isso a “interação, a troca de informação correta, de noção de sociedade e de Estado é indispensável para debaterem, para divergirem e convergirem com o outro” (Diretora Presidente, 2017).

Considerações Finais

A partir das discussões teóricas articuladas com a análise dos dados empíricos pode-se afirmar que a produção de conhecimento socioprática possibilitada pelas dinâmicas e práticas desenvolvidas pelo CeMAIS geram inovação social e contribuem para o desenvolvimento local.

A busca pelo fomento das alianças e parcerias entre governos, empresas e organizações da sociedade civil para o enfrentamento de problemas comuns e para a realização de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, abre espaço para a possibilidade de conhecimento coletivo, crítico e reflexivo na medida em que as interações se manifestam em ambientes menos antagônicos e se baseiam em relações de cooperação e solidariedade. Nota-se que os projetos são realizados a partir da demanda das OSCs

envolvidas com o CeMAIS e da emergência de assuntos locais e/ou oriundos do contexto nacional brasileiro. É um processo que permite o aparecimento de mecanismos de difusão que favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras organizações. A transposição de experiências de uma organização a outra contribui para a solução dos dilemas vivenciados pelas OSCs, bem como a concepção crítica de direitos sociais ancorados na politização das discussões e análises oferecem um campo rico potencial para a transformação social.

Esses aspectos apontam para perspectivas de inovação social baseadas na ecologia de saberes, na redução do pensamento abissal (Santos, 2009) e na tentativa de não cair na armadilha da racionalização das ideias (Morin, 2011).

Entretanto, assim como todo processo em construção e em constante interação, há os limites e desafios a serem superados. A questão da participação das OSCs nos eventos observados é um deles. São sempre as mesmas organizações que se manifestam com mais intensidade e frequência nos debates, que explicitam seus pontos de vistas e problemas e, normalmente, OSCs que participam com frequência aos eventos. As demais, se posicionam como ouvintes, não se manifestando, mesmo mediante a tentativa de articulação por parte da equipe do CeMAIS. Tal cenário aponta para a uma participação marginal, o que implicaria na restrição do debate, do diálogo, da troca, incidindo na produção de conhecimento coletivo e de inovação social.

Acredita-se que pesquisas futuras no âmbito das interações intersetoriais no contexto brasileiro permitirão verificar com mais profundidade as especificidades das inovações sociais precedidas pela produção de conhecimento socioprático. Percebe-se que essa dinâmica de produção e difusão de inovações sociais e compartilhamento de saberes não acontece de forma semelhante de acordo com a agenda das lutas sociais em questão. Sendo assim, considera-se relevante avançar em estudos comparativos, tanto no contexto brasileiro quanto latinoamericano, problematizando os diferentes saberes construídos, difundidos e mobilizados em distintas lutas sociais, como as relacionadas às questões de gênero, identidade, construção cultural e social das cidades e comunidades e a sustentabilidade, dentre outras lutas dos movimentos sociais latinoamericanos contemporâneos.

Referências

Abramovay, R. (2000). O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. 4(2) abr/jun.

Albagli, S.; Maciel, M. L. (2004). Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Social. *Ci. Inf.* 33(3), 9-16, set/dez. Brasília.

Allebrandt, S. L.; Marin Filho, C. J.; Ceratti, L. L. (2012). Gestão Social no Contexto de Políticas Públicas e Federais: leituras da experiência no território da cidadania noroeste colonial. In: Caçado et al (org.) *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*. Ed. Unijui. Ijuí. 157-192.

André, I.; Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81. P. 121-141.

Bauman, Z. (2008). *A Sociedade Individualizada: vidas cotidianas e histórias vividas*. Rio de Janeiro Ed. Jorge Zahar.

Baumgarten, M. (2008). Ciência, tecnologia e desenvolvimento: redes e inovação social. *Parcerias Estratégicas*, n. 26, Brasília, DF.

Bignette, L. P. 2011. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, v.47, n.1, São Leopoldo.

Chanlat, J. F. (2000). *Ciências Sociais e Management: reconciliando o econômico com o social*. São Paulo, Atlas.

Carrion, R. S. M. (2008). O Desafio de Desenvolver Competências em Gestão Social: relato da experiência com a Residência Solidária/UFRGS. In *Gestão Social: Práticas em Debates, Teorias em Construção (Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social)*. Juazeiro do Norte: UFC.

Dagnino, R; Gomes, E. 2000. Sistemas de Inovação social para prefeituras. In: Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação. Anais... São Paulo.

Fischer, T. M. (2002). *Poderes locais, gestão e desenvolvimento*. Salvador: Casa da Qualidade.

França-Filho, G. C. Definindo gestão social. (2008). In J. T. Silva JR, R. T. Mâsih, A. C. Caçado, & P. C. Schommer. *Gestão Social. Práticas em debate, teorias em construção* (pp. 26-37). Juazeiro do Norte – CE, Liegs/UFC.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gohn, Maria da Glória. (2008) *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2011, mai-ago). Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, 16(47), p. 333-361.

_____. (2004, mai-ago). Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, 13(2), p. 20-31.

Lave, J. e Wenger E. (1991). *Situated learning: legitimate peripheral participation*. New York: Cambridge University Press, 11ª reimpressão.

Maciel, M., L.; Albagli, S. (org.). 2011. *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*. Ed. Garamond, Rio de Janeiro.

Machado, J.A. (2007). *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. *Sociologias*, ano 9 (18), p. 248-285.

Marteletto, R. M; Ribeiro, L. B. (1996/1997). *Informações e Construção do Conhecimento para a Cidadania no Terceiro Setor*. Projeto Integrado de Pesquisa, "Cultura, Informação e Sociedade; estudo das práticas de informação em campos sociais específicos com vistas à revisão e ampliação de modelos de comunicação e transferência da informação". Financiamento CNPQ.

Morin, Edgar. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2, ed. rev. Cortez. Brasília, DF: UNESCO.

Nonaka, I & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa*. Rio de Janeiro: Campus.

Rodrigues, A. L. 2007. *Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações Sem Fins Lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social*. *O&S*, v.14, n.43.

Santos, B. S. 2009. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Ed. Trilce-Extensión. Universitaria, Universidad de La República Montevideo, Uruguay.

Schommer, P. C., Boullosa, R.F. (2010). *Com quantas andorinhas se faz um verão? Práticas, relações e fronteiras de aprendizagem*. In: Schommer, P. C., Santos, I. G. *Aprender se aprende aprendendo: construção de saberes na relação entre universidade e sociedade*. Salvador: CIAGS/UFBA, FAPESB;SECTI; CNPQ, 18-41.

Schommer, P. C. & França-Filho, G. C. (2008). *Gestão Social e aprendizagem em comunidades de práticas: interações conceituais e possíveis decorrências em processo de formação*. In *Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social. Gestão Social: Práticas em Debates, Teorias em Construção*. Juazeiro do Norte - CE: Universidade Federal do Ceará.

Silva, S. L. (2004, mai-ago). *Gestão do Conhecimento: uma revisão crítica orientada pela abordagem da criação do conhecimento*. *Ci. Inf.* 33(2), p. 143-151.

Tenório, F. G. (1999). *Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado*. *Revista de Administração Pública*, 33(5) p. 85-102.

Tenório, F. G.; Dutra, J. I. A.; Magalhães, C. M. R. (2004). *Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa*. In: *ENANPAD*, 28. Curitiba: Anpad. CD-ROM.